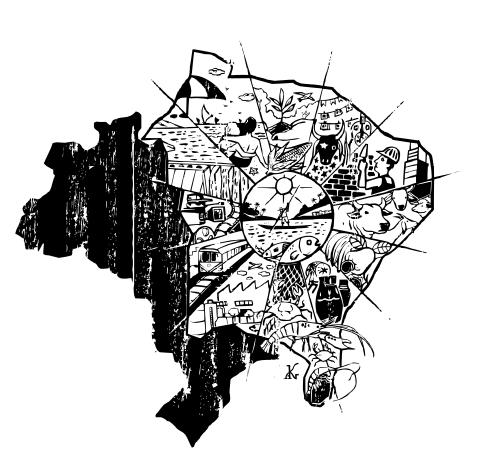






FNE

INSTRUMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE



FNE

INSTRUMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

Gestão A AFBNB firme na luta Triênio 2023-2025

Diretoria Rita Josina Feitosa da Silva Diretora -Presidente Francisco de Assis Silva de Araúio Diretor de Organização e Finanças Stefani Arruda Souza Diretor de Assuntos Jurídicos Dorisval de Lima Diretor de Comunicação e Cultura Waldenir Sidney Fagundes Britto Diretor de Formação Política José Carlos Aragão Cabral Diretor de Previdência e Saúde Tércio Sobral Cavalcante Leite Diretor de Acões Institucionais Gilberto Mendes Feitosa Diretor Regional Maranhão e Piauí Francisco Ribeiro de Lima (Chicão) Diretor Regional Ceará e Rio Grande do Norte Edilson Rodrigues dos Santos Diretor Regional Paraíba, Pernambuco e Alagoas Jeane Pereira Marques dos Santos Diretor Regional Bahia e Sergipe Reginaldo da Silva Medeiros Diretor Regional de MG/ES e extrarregionais

Conselho Fiscal
Henrique Eduardo Barroso Moreira
Presidente
José Frota de Medeiros
Vice-Presidente
José do Egito Vasconcelos
Secretário
Pedro Antônio da Rocha - 1º Suplente
Maria do Socorro de Sousa Ferraz - 2º Suplente
Valéria Silva - 3º Suplente

Equipe Alan Regis Dantas, José Marconi Alves, Laécio Rabelo, Maria Renata Soares, Sheila Menezes e Valéria Laurinda

Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB) Rua Nossa Senhora dos Remédios, 85 - Benfica. Fortaleza/CE - CEP 60.020-120 Tel. (85) 3255-7000 email: afbnb@afbnb.com.br Fortaleza/CE - Abril de 2023

APRESENTAÇÃO

história do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE se confunde com a história da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB). Ao longo das suas mais de três décadas de atuação permanente em prol do Banco do Nordeste do Brasil e do desenvolvimento da Região, a defesa dos Fundos Constitucionais foi e é, sem dúvida, umas das pautas mais presentes.

Esta atuação remonta ainda ao contexto dos anos 1980, na efervescência da redemocratização do País, em que se lançavam diversos programas para a superação da pobreza e das discrepâncias sociais entre os estados da Federação, profundamente marcados por falta de políticas que dessem as devidas condições de desenvolvimento às suas populações.

O enfrentamento a tais desigualdades intra e extrarregionais, bem como a aplicabilidade de uma política nacional de desenvolvimento com recorte regional se constituem em pedra fundamental da AFBNB, que teve papel preponderante na própria criação dos Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO) ainda no âmbito das discussões da Assembleia Nacional Constituinte, ocasião em que liderou a mobilização e articulação das bancadas do Norte e Nordeste a favor da criação desses instrumentos. Foi essa luta - que representava recursos estáveis para que o BNB pudesse cumprir sua nobre missão - que motivou a criação da Associação, em 4 de fevereiro de 1986.

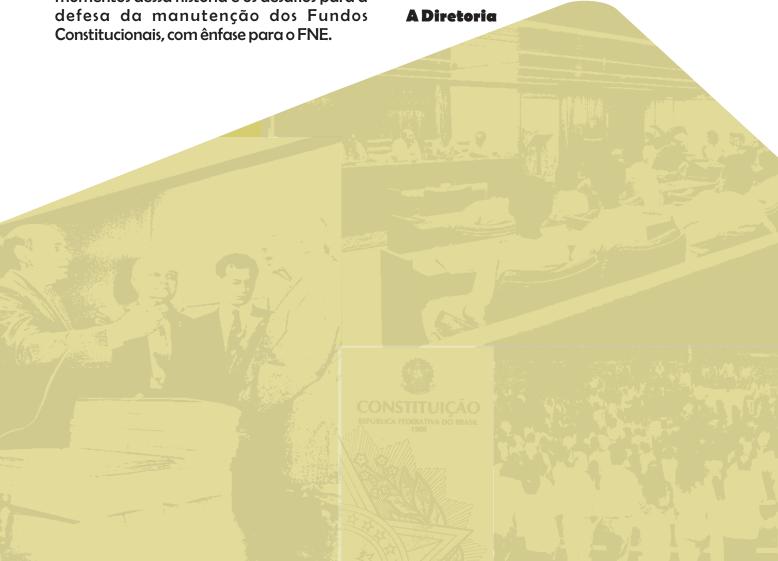
Os fundos constitucionais são uma conquista e representam uma importante estratégia de melhoria das condições de vida das regiões a que estão vinculados. Entretanto não estão imunes a entraves e tentativas de fragilização.

Ao longo das últimas décadas, o FNE e o próprio BNB enfrentaram sérios desafios e ameaças que comprometeram a sua atuação enquanto instituição de desenvolvimento.

Em todos esses momentos, a AFBNB se mostrou firme, alerta e ativa, ora nos bastidores ora nos espaços públicos, articulando e mantendo diálogo com diferentes setores e organizando manifestações numa luta perene e vigilância

permanente para que estes recursos sejam mantidos e aplicados conforme determina a Constituição.

Neste material você encontra os principais momentos dessa história e os desafios para a Relembrar essa trajetória é reafirmar a relevância do engajamento dos trabalhadores do BNB e da sociedade brasileira na construção de uma narrativa de desenvolvimento sustentável e pleno.



LUTAS PELO FNE

PRINCIPAIS AÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA

1987

RECURSOS PARA O BNB - A AFBNB lançou uma campanha para que o BNB voltasse a ter recursos estáveis. O principal resultado desta campanha foi a criação, em agosto de 1988, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Na época, a AFBNB coletou mais de 40 mil assinaturas a favor da inclusão do artigo 159 - que estabelece os fundos constitucionais - no texto da Constituição.

O FNE É UMA FONTE PERMANENTE DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DA REGIÃO, PROVENIENTE DE 3% DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS. ESTES RECURSOS SÃO GERIDOS EXCLUSIVAMENTE PELO BNB.

1999

NÃO À AGÊNCIA DE FOMENTO - Juntamente com a Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA), a AFBNB lançou a cartilha "BNB e BASA - não à transformação em agência de fomento", com o objetivo de alertar a sociedade para uma manobra do então presidente Fernando Henrique Cardoso em controlar os fundos constitucionais, retirando essa atribuição dos bancos regionais. Além disso, a medida objetivava transformar os bancos regionais em agências de fomento. A cartilha abordava temas como aspectos legais, inconstitucionalidade, impactos sociais e políticas da medida.

No mesmo ano, as entidades realizaram o primeiro Fórum de Debates BNB e BASA, em Fortaleza, e em seguida foram realizadas atividades em outras capitais.

INCLUSÃO DO BNB NO CONDEL - Após mobilização da AFBNB e demais entidades, o Banco foi mantido no Conselho Deliberativo da Sudene. O Conselho é a instância que planeia as acões, e continuou como operador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), além de passar a ser operador do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

2008

REFORMA TRIBUTÁRIA - Diante da apresentação da Proposta de Emenda Constitucional 233/2018 - Reforma Tributária - a AFBNB realizou articulações junto a parlamentares com o objetivo de resguardar a região Nordeste. Com a iniciativa, reafirmou o apoio à emenda 431 de autoria do então deputado Chico Lopes (PCdoB/CE) – e à emenda 186 – subscrita pelos parlamentares à época José Pimentel (PT/CE), Pedro Eugênio (PT/PE) e Zezéu Ribeiro (PT/BA). A primeira visou garantir, no bojo da reforma tributária, a manutenção da aplicação de 50% dos recursos do Nordeste no semiárido. Já a segunda emenda objetivou a manutenção da operacionalização dos recursos dos fundos constitucionais pelos bancos regionais. Devido à importância do tema, a entidade dedicou uma reunião de seu Conselho de Representantes à discussão sobre "Reforma Tributária para Justiça Social".

2009

FNE 20 ANOS - Por ocasião dos 20 anos do FNE, a AFBNB publicou a primeira edição da Revista Nossa Voz, dedicada a fazer um resgate histórico da luta pela criação dos Fundos Constitucionais, especialmente o FNE, e discutir a importância dele para a área de atuação do BNB.



A AFBNB firme, com resistência e autonomia!

UM VIVA AO BNB E AO FNE!

Pela valorização dos trabalhadores!

























APORTE DE CAPITAL - A AFBNB realizou diversas ações visando debater a Medida Provisória 564/12. Dois pontos eram prioritários para a Associação: a aprovação do aporte de R\$4 bilhões para o Banco do Nordeste do Brasil e a manutenção da exclusividade de operacionalização dos recursos do FDNE pelo BNB.

Entre as principais ações desenvolvidas nessa pauta destaca-se a participação na audiência pública na Assembléia Legislativa do CE; debate na sede da Federação das Indústrias do Estado do Ceará; articulações com parlamentares e órgãos do governo; encaminhamento à bancada nordestina de ofício solicitando o aumento do capital social do BNB e a manutenção da exclusividade do FDNE no BNB; participação de reunião do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudene, no Recife e de reunião da Bancada do Nordeste para discutir ações pelo fortalecimento do Banco. Apesar de toda a luta, a operacionalização do FDNE passou a ser compartilhada.

2014

FNE $25\,\text{ANOS}$ – No ano em que completou 25 anos da criação do FNE, a Associação dedicou a 46^{a} Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB, realizada em Fortaleza, ao tema "FNE 25 anos - uma conquista do BNB e da sociedade" e "AFBNB 28 anos - uma história de luta em defesa dos trabalhadores e pelo desenvolvimento".

2015

SEMINÁRIO "NORDESTE SEM ELE NÃO HÁ SOLUÇÃO PARA O BRASIL" - A AFBNB realizou o evento em Brasília, por ocasião da 48ª Reunião do Conselho de Representantes, destacando a importância do Nordeste, da valorização dos funcionários do BNB e das instituições de desenvolvimento regional. Com a presença de representantes da Associação, lideranças de trabalhadores e de diversos parlamentares no Congresso Nacional, o evento pautou assuntos como as desigualdades regionais e a PEC 87/2015 que pretendia retirar recursos do FNE e de outros fundos constitucionais. Após muita luta, o artigo que se referia aos Fundos foi retirado da PEC.

A AFBNB enfrentou outro ataque direto ao BNB e à região com a edição da resolução nº 4.452 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que elevou a taxa de juros dos fundos constitucionais (FCO, FNO e FNE) para operações não rurais, passando de 8,24% praticados até então para 14,12% a partir de janeiro de 2016. O fato levou a inúmeras manifestações públicas na imprensa por parte da AFBNB, realização de seminário, articulação política local e nacional e junto a instituições para reverter a medida. A luta garantiu a redução da taxa de juros, embora aquém do reivindicado.

"É NECESSÁRIO UM PACTO FEDERATIVO, NO BOJO DE UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AMPLAMENTE DISCUTIDO COM A SOCIEDADE, ONDE FIQUE CARACTERIZADO QUE NÃO HÁ SOLUÇÃO PARA O BRASIL SE NÃO HOUVER SOLUÇÃO PARA O NORDESTE E PARA O SEMIÁRIDO, ASSIM COMO PARA A AMAZÔNIA E O NORTE. "



CARTA DE BRASÍLIA I

Carta de Brasília

Seminário "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil"

Nordeste vem crescendo nos últimos anos numa média superior às demais regiões, o que é positivo, porém insuficiente para superar as graves desigualdades regionais. Seriam necessárias décadas para atingir os patamares dos índices econômicos da Nação. Os programas sociais do governo federal contribuíram para reduzir a miséria e amenizar problemas, especialmente no Nordeste - onde se concentram os maiores contingentes de pobreza, mas para transformar a realidade adversa se exige acões mais estruturais.

Mesmo com a tentativa de retomada do planejamento estratégico e de uma política de desenvolvimento regional na última década, verifica-se a falta de integração entre órgãos de caráter regional, muitos dos quais fragilizados e desestruturados; não existe um referencial, político e técnico, que possibilite o implante do recorte regional em todas as políticas, programas e ações do Governo Federal. É necessário um pacto federativo, no bojo de um Projeto Nacional de Desenvolvimento amplamente discutido com a sociedade, onde fique caracterizado que não há solução para o Brasil se não houver solução para o Nordeste e para o semiárido, assim como para a Amazônia e o Norte.

As regiões menos desenvolvidas precisam de mais recursos, de mais investimentos. Portanto, a PEC 87/2015 proposta pelo governo representa um retrocesso na política de desenvolvimento regional, na medida em que reduz em 30% as transferências de recursos para os Fundos constitucionais (FCO, FNO e FNE). Necessária se faz, e mais do que nunca, ampla mobilização dos agentes políticos no sentido de convencer o governo e o parlamento do equívoco da edição da citada PEC. E mais, diante da conjuntura de crise é necessário a democratização das relações com os segmentos populares e com as entidades de trabalhadores, garantindo-se significativa importância na definição das políticas públicas e na atuação do Estado nacional. A interlocução no Congresso Nacional e nas demais casas legislativas tem que ser uma etapa estratégica de luta que paute um Brasil melhor, a partir da ausculta das ruas, e projete resultados concretos, aderentes à lógica dos trabalhadores e dos que mais precisam da ação políticoinstitucional.

Assim, considerando a necessidade da ação firme do Estado Nacional em relação à questão regional e ao recorte regional, os participantes do Seminário "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil", realizado em Brasilia no dia 18/08/2015, como fruto dos debates ocorridos no evento, e preocupados, pela necessidade de políticas positivas que a realidade exige, cobram do Governo Federal e dos parlamentares no Congresso Nacional:

- Projeto Nacional de Desenvolvimento a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) deve ser pautada com a sociedade no contexto de um Projeto Nacional de Desenvolvimento em que as regiões Norte e Nordeste tenham papéis compatíveis com o resgate da dívida histórica com as mesmas, as quais contribuíram para o crescimento econômico do Centro-Sul.
- Regulamentação dos artigos da Constituição Federal de 1988 que garantem a inserção da dimensão regional nas políticas e planos do governo federal e a regionalização dos instrumentos de planejamento e orçamento federal, promovendo tratamento diferenciado para as regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste), de modo a reduzir significativamente a desigualdade entre os indicadores sociais/econômicos dessas regiões e o restante do Brasil
- Fortalecimento dos Órgãos Regionais valorização dos trabalhadores, maior capilaridade, mais funcionários, capacidades para integrar e potencializar ações estratégicas. Isto passa por: Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste com recursos na LOA, aumento do capital social ao Banco do Nordeste do Brasil (Lei 12.712/2012), instituição do Fundo do Semiárido (PEC 57/1999), alocação de recursos dos Fundos Setoriais e composição de fundo financeiro administrado e operacionalizado pelo Basa/Banco do Nordeste, regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal e fim da transferência das poupanças do Nordeste para o Sudeste, e reestruturação do DNOCS, da CODEVASF, da SUDENE e da CHESF.
- Reformas Estruturais Defendemos a ampliação da democracia, o que implica reforma política democrática que assegure a pluralidade de opiniões, reforma tributária que taxe os mais ricos e as grandes fortunas, reforma agrária que assegure terra aos trabalhadores rurais, democratização dos meios de comunicação, educação e saúde de qualidade em todos os níveis.
- Valorização dos Trabalhadores Na luta pelo desenvolvimento do país e pelo fim das desigualdades regionais é necessário ter como premissa a valorização dos trabalhadores, a defesa e ampliação dos direitos destes, com melhores condições de trabalho, saúde e aposentadoria digna.

Brasília, 18 de agosto de 2015

Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB)





Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil Rua Nossa Senhora dos Remédios, 85 - Benfica - Fortaleza - CE CEP: 60.020-120

TAXAS DE JUROS DO FNE - A AFBNB intensificou o diálogo com as confederações de trabalhadores que integram o Condel da SUDENE, alertando para os perigos das Resoluções 4452 e 4470 do Conselho Monetário Nacional/CMN, que elevava as taxas de juros do FNE; o PLP 76/2007, que versava sobre a inclusão de municípios de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro na área de abrangência da Sudene; e o PL 532/2015, que destinava 10% dos recursos do FNE para cooperativas.

No mesmo ano, a AFBNB promoveu diversas iniciativas contra essas medidas: além da inserção na imprensa, realizou articulações com diversos segmentos da sociedade, como entidades representativas, entidades empresariais (associações comercias e federações das indústrias nos estados envolvidos), buscou interlocução com parlamentares, principalmente do Nordeste, bem como mobilizou trabalhadores do BNB, além de criar uma petição pública direcionada ao Governo Federal (CMN - ministérios da Fazenda, do Planejamento e Banco Central - órgãos que compõem o Conselho Monetário Nacional) com a reivindicação da urgente revogação da resolução 4.452.

2017

FIES E TAXA DE JUROS DO FNE - A luta foi contra a MP 785/2017, que destinava recursos dos fundos de desenvolvimento (FDCO, FDNE e FDA) e dos fundos constitucionais de financiamento (FNE, FNO e FCO) para o Financiamento Estudantil (FIES). Entre as ações implementadas pela AFBNB para impedir a utilização dos recursos dos Fundos Constitucionais para fins outros que não os estabelecidos pela Constituição, destacou-se a representação protocolada na Procuradoria Geral da República, contra o Governo Federal, denunciando a inconstitucionalidade da MP 785/2017 – PLV 34/2017.

No mesmo ano, a AFBNB acompanhou de perto a Medida Provisória 812/2017 que alterava a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). A MP foi aprovada pela Comissão na forma de um projeto de lei de conversão e o texto final trouxe alterações propostas pela relatora, dep. Simone Morgado (PMDB-PA), algumas delas apresentadas pela AFBNB e objetos de intensa mobilização e articulação junto ao Parlamento: a inclusão de um fator para a região semiárida, viabilizado indiretamente com a inserção do chamado "Fator locacional", possibilitando aos conselhos de desenvolvimento das regiões a indicação de áreas prioritárias com taxa real menor que outras áreas não prioritárias, e o "Fator programa" diferenciado para mini e pequenos empreendedores.

MODIFICAÇÃO NA METODOLOGIA DE CÁLCULO - A AFBNB realizou intensa mobilização pela não aprovação da Lei 13.682/2018, que alterava a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos dos Fundos Constitucionais e a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores. Alguns artigos foram vetados, entre eles o que previa a utilização de recursos dos fundos constitucionais para equalizar as taxas de juros das aplicações do BNDES, medida que a AFBNB era contrária.

A AFBNB realizou intensa batalha pela manutenção do veto, evitando que os recursos dos Fundos Constitucionais fossem compartilhados com o BNDES.

No mesmo ano, em celebração aos 30 anos do FNE, a Associação realizou a 54ª Reunião do Conselho de Representantes, na cidade de Recife, com o tema "FNE 30 anos - uma conquista da sociedade para o desenvolvimento" e "Nova Legislação Trabalhista - organização e resistência da classe trabalhadora".

54ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA AFBNB

Recife-PE, 14 e 15 de setembro de 2018



FNE 30 ANOS:

Uma conquista da sociedade para o desenvolvimento

NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA:

Organização e resistência da classe trabalhadora



www.afbnb.com.br afbnb@afbnb.com.br



representantes da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil -AFBNB, presentes na 52ª Reunião de Conselho de Representantes (RCR), participantes do Seminário "Desenvolvimento Regional, prioridade nacional", realizado no auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal, em Brasília, conscientes de sua responsabilidade histórica, expressam firmemente sua posição por um Estado Nacional forte e democrático, pela necessidade de manutenção e fortalecimento das empresas e instituições de caráter público; por um projeto nacional de desenvolvimento construído com os segmentos populares e com as entidades de trabalhadores que priorize o combate às desigual-dades de renda, às desigualdades sociais e às desigualdades regionais; pela democratização na definição e implementação das políticas públicas e contra os ataques que vêm sendo desferidos aos trabalhadores, seja quanto às relações de trabalho (CLT) ou à dignidade previdenciária, no rumo de uma sociedade democrática e igualitária.

Nessa perspectiva, nos juntamos às lutas que estão sendo encampadas pelas Frentes Parlamentares em Defesa dos Bancos Públicos e pela Auditoria Cidadã da Dívida; pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas; pelos parlamentares da Bancada Nordestina e Nortista que lutam pelo desenvolvimento regional e contra os ataques aos Fundos Constitucionais, como o proposto na Medida Provisória 785/2017, que quer repassar recursos ao FIES.

No concreto isso significa a construção de um projeto de Nação com integração nacional, pontuando as peculiaridades regionais. Para isso são fundamentais instituições públicas nacionais fortes, tais como Caixa Econômica, Petrobras, Eletrobrás, Correios, Casa da Moeda, Banco do Brasil, Embrapa, BNDES. No mesmo sentido, o fortalecimento dos Órgãos Regionais - Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia, DNOCS, CHESF e Codevasfacrescidos de novas fontes de recursos ao desenvolvimento, tais como a instituição do Fundo

do Semiárido (PEC 57/199957/1999), a alocação de recursos dos Fundos Setoriais para inovação e pesquisas tecnológicas e científicas; composição de fundo financeiro administrado e operacionalizado pelos bancos regionais BNB/BASA, regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal - que dispõe sobre a reforma do sistema financeiro - para travar o fim da transferência da poupança do Norte e Nordeste para o Sudeste, além da reestruturação e fortalecimento do DNOCS, da CODEVASF, da SUDENE e da CHESF, para deter a tendência de desenvolvimento regional.

Reiteramos nosso apoio aos movimentos/ comitês que afirmam que o país só será de fato soberano se as instituições públicas do Estado forem fortes, porque as ações do Estado e seus resultados devem ser apropriados pelo conjunto da sociedade e não por interesses particulares.

Primordialmente, defendemos a ampliação da democracia; uma reforma política democrática que assegure a pluralidade de opiniões e a participação da sociedade; uma reforma tributária que taxe os mais ricos e as grandes fortunas; uma reforma agrária que assegure terra aos trabalhadores rurais; a democratização dos meios de comunicação; educação e saúde de qualidade em todos os níveis, com oportunidade para todas as classes sociais.

Por fim, a luta pelo desenvolvimento do país e pelo fim das desigualdades regionais tem como premissa a valorização dos trabalhadores, a defesa e ampliação dos direitos destes, com melhores condições de trabalho, saúde e aposentadoria digna a todo povo brasileiro. Mas tudo isso não se conquista sem luta, que passe pelo aprofundamento da democracia, pela democratização da política, pela democratização do estado e de suas instituições, em suma, pela própria democratização da democracia representativa.

A todos que sonham com um Brasil democrático, justo e igualitário conclamamos a se incorporar a esta luta.

Documento elaborado e lido por ocasião do Seminário "Desenvolvimento Regional, Prioridade Nacional" realizado na Câmara dos Deputados, dentro da programação da 52ª Reunião do Conselho de Representantes da Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB).

Brasília, 22 de agosto de 2017





CARTA DE Brasília II

FUSÃO BNB/BNDES- A partir das declarações do Governo sobre as privatizações e as possibilidades de fusão do BNB com o BNDES, a AFBNB elaborou e divulgou diversas matérias em defesa dos Bancos Regionais, destacando a necessidade de mobilização da base e articulação política pela valorização e proteção do BNB enquanto agente de desenvolvimento regional e sua importância para a região e o semiárido.

A AFBNB TEM SIDO PROTAGONISTA EM PAUTAR A "QUESTÃO REGIONAL" NO ÂMBITO DA CAPITAL FEDERAL, SEJA POR INTERLOCUÇÃO COM O PARLAMENTO, COM INSTÂNCIAS E DEMAIS ÓRGÃOS DE GOVERNO, PELO ACOMPANHAMENTO DO TRÂMITE DE PROJETOS DE LEI E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: O RECORTE REGIONAL EM DISCUSSÃO -

A AFBNB realizou a 56^ª Reunião do Conselho de Representantes da entidade em Brasília, com o tema "Por uma Política Nacional de Desenvolvimento: o recorte regional em discussão", com o objetivo de reforçar junto à classe política, sindical e civil a necessidade de intensificar o debate em torno de uma política nacional de desenvolvimento que contemple as especificidades regionais e de fortalecer os instrumentos de financiamento, como o FNE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA "UMA NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL" - Por ocasião da 56ª Reunião do Conselho de Representantes, no Congresso Nacional (Auditório Nereu Ramos), foi realizada a Audiência Pública "Uma Nova Política de Desenvolvimento Regional" promovida pela Comissão de Participação Legislativa (CLP) da Câmara dos Deputados, em atendimento à proposição da AFBNB. Participaram da audiência a Diretora-Presidente, Rita Josina Feitosa; o coordenador da Bancada do Nordeste, Deputado Julio Cesar (PSD-PI); a Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional, Adriana Melo Alves; o economista Chefe do BNB, Luiz Alberto Esteves; o Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos, além de diversos parlamentares do Nordeste e de outros Estados, representantes e diretores de entidades da sociedade civil organizada e lideranças sindicais.

CARTA DE Brasília III

ACIONAL DE ESENVOLVIMENTO: J RECORTE REGIONAL EM DISCUSSÃO

CARTA DE BRASÍLIA III

Documento lido por ocasião da audiência pública "Uma Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional — o recorte regional em discussão" realizada na Câmara Federal, como resolução da 56º Reunião do Conselho de Representantes da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB). Brasília, 17 de setembro de 2019



s Representantes da Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB) reunidos durante os dias 16 e 17 de setembro de 2019 por ocasião da "56ª Reunião do Conselho de Representantes" da Entidade (56ª RCR - AFBNB), em Brasília (DF), Capital Federal e centro das decisões políticas do país, se debruçaram sobre o tema "Por uma política nacional de desenvolvimento: o recorte regional em discussão". Como fruto das discussões, análise e avaliação da realidade brasileira, em específico no tocante às regiões mais carentes do país, Norte e Nordeste, manifestaram entendimento e direcionamentos que consideram necessários e estratégicos para a superação do profundo e preocupante quadro de desigualdades intra e interregionais que marcam o país.

A AFBNB tem sido protagonista em pautar a "Questão Regional" no âmbito da Capital Federal, seja por interlocução com o parlamento, com instâncias e demais órgãos de governo, pelo acompanhamento do trâmite de projetos pertinentes, seja por seminários e audiências públicas. É oportuno enfatizar que esta é a terceira vez que a Associação realiza o seu fórum de representes em Brasília e que, a exemplo desta 56ª reunião, as edições 49ª e 53ª, ocorridas nos meses de agosto e setembro de 2015 e 2017, respectivamente, pautaram o assunto e apontaram diretrizes quanto a temática.

Nas duas ocasiões, assim como agora nesta Audiência Pública com o tema "Uma nova política nacional de desenvolvimento – o recorte regional em discussão". neste mesmo ambiente (auditório Nereu Ramos - Câmara dos Deputados) ocorreram seminários como parte integrante dos fóruns: em 2015 com o tema "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil" e em 2017 com o tema "Desenvolvimento Regional, prioridade nacional". Nestes dois momentos foram apresentados os documentos intitulados "Carta de Brasília", os quais expressam a visão, o entendimento e encaminhamentos apontados nos debates no quanto à necessidade de uma ação diferenciada do Estado voltada ao Desenvolvimento Regional, o que passa, impreterivelmente, pelo fortalecimento dos instrumentos constituídos para esse fim, pelo financiamento necessário para tal, bem como pelo contraponto decisivo e sem tergiversação a medidas, projetos e quaisquer outros mecanismos que se coloquem na contramão desse objetivo.

A manifestação deste momento, como sendo o resultado das discussões na 56ª RCR – AFBNB, se materializa, fazendo-se necessária, portanto, no sentido de ratificar esses propósitos e fundamentações, haja vista a ausência no País de uma política regional, alinhada à falta de integração entre os órgãos de interesse do desenvolvimento regional, quase todos fragilizados ou mesmo em processo de desmonte.

Reafirmamos que não é possível promover um desenvolvimento sustentado e sustentável com um cenário de desigualdades regionais, tal como aconteceu com a União Europeia, que enfrenta uma crise com tendência perigosa de desagregação por causa da assimetria (desigualdade) entre as estruturas econômicas fortes, dos países mais desenvolvidos, e os que ingressaram na economia

PELO FORTALECIMENTO DO BNB. EM DEFESA DO FNE. EM DEFESA DOS TRABALHADORES!





PELO FORTALECIMENTO DO BNB, EM DEFESA DO FNE, EM DEFESA DOS TRABALHADORES!



menos dinâmica, dependente, portanto, com um capitalismo tardio.

A realidade de desintegração na estrutura econômica do Brasil trava o desenvolvimento integrado e cresce com o advento da Proposta de Emenda à Constituição 241/2016, convertida na Emenda Constitucional 95, a qual congela os investimentos da educação, saúde e infraestrutura durante os próximos 20 anos, o que inevitavelmente acarretará o aumento da pobreza, da desigualdade, da exclusão social e da violência. E isso reflete como espelho dramático na realidade nordestina que expõe suas patologias sociais, destacando os indicadores de bem-estar social abaixo da média brasileira. Uma referência neste sentido foi feita pelo economista Celso Furtado em sua obra "O Longo Amanhecer".

Tal situação tende a se intensificar com o aprofundamento da crise brasileira, reflexo da crise econômica mundial, e os impactos nas políticas de combate às desigualdades regionais. O Nordeste tem que assumir o protagonismo como ator político, através de seu povo, dando melhor ênfase ao trabalho de análise crítica da realidade, à produção de conhecimento e ao trabalho de formação da consciência política. Queremos construir e orientar a prática após a formulação do nosso projeto de desenvolvimento, que é um verdadeiro Plano de Nação; definir uma missão de futuro promissor para o Brasil e para o Nordeste, objetivo final de uma real estratégia moderna e humana visão de desenvolvimento: a inclusão social.

Isso impõe a necessária defesa da questão institucional, significando a reafirmação e o fortalecimento das instituições operadoras do desenvolvimento regional (BNB, BASA, Sudene, DNOCS, Chesf, Codevasf, modernas agências de desenvolvimento); e a questão do financiamento, com a defesa dos fundos constitucionais, como é o caso do Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE). Essa preocupação exige urgente mobilização, posicionamento firme, união e esforços dos diversos setores que pensam o desenvolvimento e que se pronunciam em defesa das instituições de desenvolvimento contra medidas desagregadoras dessa estratégia. Assim, neste contexto, dentre outras ações, urge a adoção de medidas concretas pela não apreciação, e se for o caso, pela não aprovação da proposta de emenda à Constituição -PEC 119/2019, de autoria da Senadora Kátia Abreu (TO) recentemente encaminhada ao Senado Federal, a qual traz no seu bojo a desestruturação dos fundos constitucionais, inserido aí o FNE, ferramentas fundamentais do Estado para a promoção do desenvolvimento e das políticas regionais.

Por fim, reafirmamos a MOBILIZAÇÃO POLÍTICA e social como fator essencial para o desenvolvimento. Esse sonho somente será viável pelo entendimento político em torno dos objetivos, pela consciência de que compete ao Estado promover investimentos em infraestrutura, educação, saúde, transporte, ciência, tecnologia e inovação. São esforços de todo o povo para ver acontecer este "longo amanhecer do Nordeste brasileiro".

Brasília-DF, 17 de setembro de 2019.

CONT. CARTA DE BRASÍLIA III



AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTACA FNE - Ainda em 2019, a AFBNB participou de audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Caruaru (PE), sob o tema "Fortalecimento do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e o importante papel do BNB para o desenvolvimento do Brasil". A audiência foi requerida pelo vereador Marcelo Gomes (PSB) em atendimento a demanda da AFBNB, por interlocução da representante local da Associação, Flavia Bandeira. A Associação foi representada pela Diretora-Presidente Rita Josina Feitosae pelo diretor de Comunicação e Cultura, Dorisval de Lima.

OUTRAS AMEAÇAS - Outras medidas tomadas em 2019, por parte do Governo e do Legislativo, ameaçam efetivamente os fundos constitucionais: proposta de criação de um fundo único que poderia ser gerido pela iniciativa privada; de retirada de recursos para a educação; para a indústria bélica; para os governos; para cooperativas e para utilização fora do escopo da Sudene.

A AFBNB articulou/participou de audiências públicas em diversas capitais (Fortaleza/CE, Salvador/BA, Recife/PE, Natal/RN, Aracaju/SE, Belo Horizonte/MG) e se engajado nas lutas gerais da classe trabalhadora, integrando diversos fóruns, locais e nacionais, que pautam: o fortalecimento das instituições públicas; os bancos públicos; a soberania nacional; o direito do trabalho; a Previdência Social; o enfrentamento à privatização.

Numa parceria histórica em defesa das instituições regionais, a AFBNB e a Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA) elaboraram um documento conjunto em defesa dos Fundos Constitucionais e dos Bancos Públicos que foi encaminhado aos parlamentares e amplamente divulgado. No texto, as entidades externaram entendimento contrário a qualquer medida que aponte para o compartilhamento de recursos, a extinção dos mesmos e ainda a criação de um fundo único - proposta pelo Governo - por entenderem que a mesma vai de encontro a uma política de desenvolvimento e fragiliza o BNB e o Banco da Amazônia (Basa) que administram os respectivos fundos, FNE e FNO.







2020 Mobilização Contra PL 5.187/2019

A AFBNB mobilizou a sociedade contra a aprovação do Projeto de Lei 5.187/2019, o qual determinava que 40% dos recursos anuais de cada fundo constitucional de financiamento pudessem ser geridos por outras instituições financeiras, além das instituições financeiras de caráter regional, como é estabelecido na Constituição Federal. A AFBNB sempre lutou contra o compartilhamento de recursos do FNE!

2021

CAMPANHA CONTRA MP 1052/2021

Durante vários meses de 2021, em meio à pandemia de Covid 19, a AFBNB encampou a luta contra a Medida Provisória (MP) nº 1052/2021, que alteraria as regras dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNO e FNE) e reduziria as taxas de administração das instituições que os gerem – Banco do Brasil, Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), respectivamente. Diversos atos foram realizados pela AFBNB ao longo do período: audiências, documentos, interlocução política, divulgação na imprensa, envio de ofícios, notas e realização de fóruns virtuais mobilizaram a sociedade civil e política em torno do tema. O resultado desse trabalho coletivo foi positivo: a retirada do artigo que representava o principal dano – a redução drástica da taxa de administração paga aos bancos administradores dos fundos.

2022

DOCUMENTO AOS PRESIDENCIÁVEIS

Em ano eleitoral decisivo para a história do país, a AFBNB encaminhou aos então candidatos à Presidência da República o documento "Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento Nacional Sustentável". O documento apresenta estratégias e apontamentos com as preocupações da AFBNB para os rumos do Banco e o cumprimento de seu papel constitucional, com destaque para o FNE. Após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o documento foi novamente encaminhado à equipe de transição do atual Governo.

2023

FNE NA PAUTA . SEMPRE!

A AFBNB segue firme trabalhando a temática do FNE em suas agendas institucionais, visitas a Brasília, inserção nas mídias (programas de rádio, artigos) e em notas nas quais reafirma a importância do papel do FNE e de seus recursos para o Banco do Nordeste e para toda a sociedade nordestina.



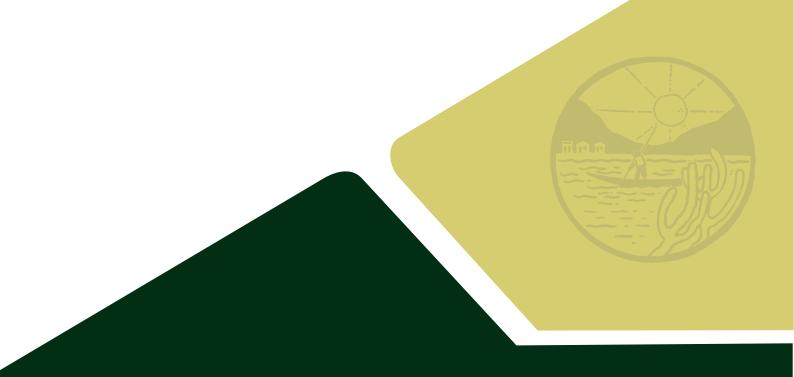






DOCUMENTOS PRODUZIDOS

- Emenda Popular 70 Desenvolvimento Sócio-Econômico e Planejamento Descentralizado (1987)
- Projeto Nordeste Cidadania Diretrizes para um Plano de Ação Governamental (1995)
- Proposta de Reformulação dos Bancos Federais de Desenvolvimento Regional (2000)
- Por um Nordeste Melhor propostas de estratégias para o desenvolvimento regional (2006)
- Carta-compromisso com o Desenvolvimento Regional (eleições 2010)
- Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil Documento aos Presidenciáveis (eleições 2014)
- Carta de Brasília I elaborada por ocasião do Seminário "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil", realizado na Câmara dos Deputados, dentro da programação da 48^a Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB (2015)
- Carta de Brasília II elaborada por ocasião do Seminário "Desenvolvimento Regional, Prioridade Nacional" realizado na Câmara dos Deputados, dentro da programação da 52ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB (2017)
- Desenvolvimento Regional, Prioridade Nacional Documento aos Presidenciáveis (eleições 2018)
- Carta de Brasília III elaborada por ocasião da Audiência Pública "Uma Nova Política de Desenvolvimento Regional – o recorte regional em discussão" realizada na Câmara Federal, como resolução da 56ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB (2019)
- Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento Nacional Sustentável Documento aos Presidenciáveis (eleições 2022)





WWW.AFBNB.COM.BR